



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 3092/2025  
Data: 12/11/2025 - Horário: 14:03  
Legislativo

PROJETO DE LEI N.º 90 /2025.

## Institui o Fundo Municipal dos Direitos das Mulheres e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, promulgo e sanciono a seguinte lei:

### CAPÍTULO I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

**Art. 1º** Esta lei institui e regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher (FMDM), criado pelo art. 2º, inciso II da Lei Municipal 2.812 de 4 de novembro de 2008.

**Parágrafo único.** O fundo instituído por esta lei é instrumento público de natureza contábil, sem personalidade jurídica própria, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania e tem por objetivo fomentar a captação e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, manutenção e no desenvolvimento de programas e ações relacionadas à efetivação e promoção dos direitos das mulheres no município de Congonhas.

### CAPÍTULO II

#### DA COMPETÊNCIA E RECEITAS DO FUNDO

**Art. 2º** Compete ao Fundo:

I – gerir os recursos captados pelo Município, através de parcerias, convênios ou por doações ao Fundo;


II – manter o controle escritural das aplicações financeiras, levadas a efeito no Município nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Congonhas (CMDMC);

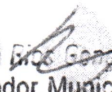
III – liberar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da mulher, segundo resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Congonhas (CMDMC).

**Art. 3º** Constituem receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher:

I – dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

  
Anderson Cabido  
Prefeito de Congonhas

  
Guilherme Elias Gonçalves  
Procurador Municipal  
OAB 123.417





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

### CIDADE DOS PROFETAS

III – recursos provenientes de parcerias e convênios destinados ao fomento de atividades relacionados aos direitos da mulher, celebrado com o Município;

IV – produto de operações de crédito, realizadas pelo Município, observada a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

V – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

VI – outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

**Art. 4º** Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher deverão estar em consonância com os critérios estabelecidos pelo CMDMC e deverão ser aplicados em:

I – divulgação dos programas e projetos desenvolvidos pelo CMDMC;

II – apoio e promoção de eventos educacionais e de natureza socioeconômica relacionados aos Direitos da Mulher;

III – programas e projetos de qualificação profissional destinados à inserção ou reinserção da mulher no mercado de trabalho;

IV – programas e projetos destinados a combater a violência contra a mulher;

V – outros programas e atividades do interesse da política municipal dos direitos da mulher;

VI – programas e projetos destinado a apoio e acolhimento à mulher em situação de risco e/ou vulnerabilidade.

### CAPÍTULO III


#### DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

**Art. 5º** As movimentações financeiras do Fundo Municipal dos Direito da Mulher somente poderão ser autorizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania após deliberação do CMDMC.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Finanças manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do FMDM, observado o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, fazendo, também, a tomada de contas dos recursos aplicados, bem como apresentar ao CMDMC, os balancetes que demonstrem o movimento do FMDM, além de prestar esclarecimentos sempre que solicitado.

**Art. 7º** Os recursos do Fundo serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito no Município de Congonhas.

  
Anderson Cabido  
Prefeito de Congonhas

  
Guilherme Fico  
Procurador Municipal  
OAB 123.417



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

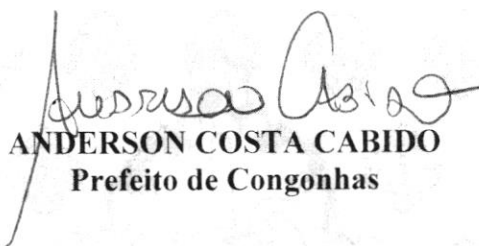
**Art. 8º** Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura orçamentária.

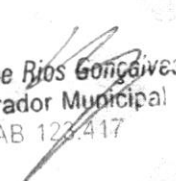
**Parágrafo único.** Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais, autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo.

**Art. 9º** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Assistência Social e Cidadania fornecerá todos os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos do Fundo.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 16 de outubro de 2025

  
**ANDERSON COSTA CABIDO**  
Prefeito de Congonhas

  
Guilherme Rios Gonçalves  
Procurador Municipal  
OAB 123.417



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**

**CIDADE DOS PROFETAS**

### **JUSTIFICATIVA**

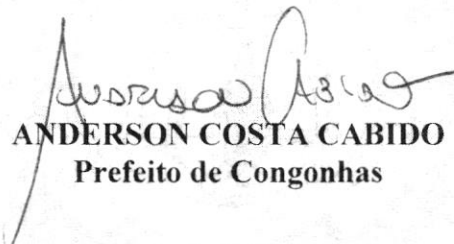
**Exmo. Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores,**

O presente Projeto de Lei visa criar o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM, tendo por finalidade a captação e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implementação, na manutenção e no desenvolvimento de programas e ações relacionadas à efetivação e promoção dos direitos das mulheres no âmbito do Município de Congonhas.

Pelas razões expostas é que solicitamos à essa Casa o estudo do projeto de lei ora enviado e sua aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V.Exa. nossas respeitadas saudações, extensivas aos ilustres pares.

Congonhas, 16 de outubro de 2025.



**ANDERSON COSTA CABIDO**  
**Prefeito de Congonhas**